

**SALA DE RECURSOS: PENSANDO NOVAS METODOLOGIAS ATRAVÉS DAS
TECNOLOGIAS ASSISTIVAS, COM UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA.**

Andrezza de Oliveira Braga

andrezza.obraga@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/2412866217369478>

Eliane Santos Salles

elianes384@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/3815810989814896>

Sheila Alves da Conceição dos Santos Vivas

sheilavivas1@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/0890607885914443>

RESUMO

As diversas tecnologias já fazem parte do cotidiano de todos, por este motivo, é valoroso utilizá-las em prol da sala de recursos e dos educandos com deficiências no intuito de repensar as práticas pedagógicas dentro desse espaço de forma a praticar a inclusão social. O século XXI está sendo marcado pelo avanço das tecnologias assistivas, dessa maneira torna-se preciso pensar em políticas públicas que incentivem o uso dessas ferramentas nas salas de recursos e em novas metodologias de ensino. Neste contexto, este estudo objetiva refletir sobre a importância das salas de recursos que utilizam as tecnologias assistivas e demonstrar seu real sentido. Esse artigo apresenta um estudo de caso de uma entrevista e uma análise sobre as salas de recursos, perpassando questões de metodologias e procedimentos utilizados dentro desse ambiente.

Palavras-chave: Sala de aula de recursos. Tecnologias assistivas. Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

No mundo, existem milhares de cidadãos com deficiências físicas, mentais, visuais e auditivas. Historicamente, já é notório o preconceito e a exclusão que os deficientes sofreram ao longo do tempo e, ainda hoje, as diferenças citadas geram discriminação já que fogem do parâmetro considerado ideal da sociedade.

Neste contexto de preconceito e discriminação, é necessário ressaltar a inclusão, que visa à transformação social. Um dos aliados à inclusão social pode ser a tecnologia, principalmente no que concerne à tecnologia de informação e comunicação (TIC). Como exemplo, a sala de recursos multifuncional é um espaço essencial para gerar autonomia em sujeitos deficientes uma vez que ela

objetiva incluir o aluno, proporcionando a ele sentido e significado para a construção de uma pessoa autônoma, e qualificando sua aprendizagem. O intuito é o educando assimilar o conteúdo através de um método inovador de ensino, como salienta Pinto:

As tecnologias assistivas, entendidas como instrumentos de promoção desta igualdade de oportunidades, devem ser desenhadas de forma a garantirem a sua função na realidade complexa e tantas vezes contraditória que é a Escola. Conceber, adaptar ou aplicar uma qualquer solução de tecnologia assistiva deve implicar e responsabilizar a teia de relações que a criança estabelece na Escola sejam os professores, os técnicos de apoio, os amigos ou a família e contribuir para explorar o seu potencial como pessoa, sem criar segregação oculta (2003, p. 3).

Os desafios da sociedade contemporânea impõem, a cada dia, mais aptidão em todos os sentidos e em todos os contextos sociais, principalmente nas escolas. Dentre estes desafios, está o uso adequado das tecnologias de informação e comunicação. Mesmo que as TICs já façam parte do cotidiano dos seres humanos, ainda é preciso treinamento dos professores para que essas ferramentas tecnológicas auxiliem, de fato, o ensino e proporcionem conhecimento dentro da sala de recursos. Nesse sentido, considera-se necessário desenvolver metodologias para que os professores façam uso da ampla gama tecnológica que são úteis no ambiente educacional. Sobre os desafios encontrados pelos educadores e a busca por qualidade de ensino, Giroto, Poker e Omote explicitam que:

Na atual conjuntura educacional, a discussão sobre o uso das TIC começa a se expandir no meio acadêmico e especificamente na Educação Especial. Pesquisas demonstram o uso sistemático das TIC no processo de ensino e de aprendizagem de escolares possibilita o desenvolvimento das suas competências de forma a superar barreiras de aprendizagem advindas de condições sociais, sensoriais, intelectuais, neurológicas, motoras ou outras (2012, p. 19).

Disso, surge uma questão: como utilizar as tecnologias e as mídias a favor da educação? Para buscar responder a esta questão, este estudo objetiva refletir sobre a importância das salas de recursos que utilizam as tecnologias assistivas e demonstrar seu real sentido para a educação inclusiva.

O século XXI está sendo definido pelo avanço das TICs, dessa forma, torna-se preciso pensar em políticas públicas para que as ferramentas e recursos tecnológicos sejam de fato utilizados dentro da sala de aula de recursos. Hoje, o currículo escolar precisa ser repensado, de modo que as tecnologias assistivas não sejam simples acessórios, mas sim ferramentas incorporadas ao dia-a-dia do discente. Nesta nova perspectiva, a importância deste artigo justifica-se uma vez que busca contribuir com as discussões sobre as salas de recursos e o uso das tecnologias assistivas dentro desse espaço, visando à observação da qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos

deficientes. Sabe-se que ainda há uma carência no serviço prestado aos educandos com alguma deficiência, por esse motivo, por meio das reflexões construídas neste estudo, é possível examinar um pouco melhor o nível de domínio dos educadores frente ao uso dos novos *softwares*, de novas ferramentas específicos para esses estudantes e de novas metodologias.

A EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM OS RECURSOS TECNOLÓGICOS

De alguma forma, a relação mídia e educação precisa fazer parte do cotidiano escolar dos mestres e alunos, no intuito de produzir conhecimento no contexto educacional atual. Considera-se que o professor precisa estar “alfabetizado tecnologicamente” e saber fazer uso dos recursos tecnológicos uma vez que, usar adequadamente estes recursos na educação, permite a consolidação de um profissional dinâmico que irá gerir um ensino de qualidade. Contudo, como cita a “Declaração de Grunwald sobre educação para os media” (1982), para que isso aconteça, é necessário cursos de formação para professores e outros agentes educativos, tanto para maximizar os seus conhecimentos e compreensão dos *media* como para formá-los nos métodos de ensino apropriados, e que teria em conta o conhecimento já considerável, mas ainda, fragmentado que muitos alunos já possuem. Um espaço adequado para fortalecer a educação nesta era digital são as salas de recurso multifuncional, cuja explanação é dada na seção a seguir.

Sala de recursos multifuncional

Os educandos atendidos na sala de recursos multifuncional são os que possuem alguma necessidade educacional temporária ou permanente. Dentre os alunos que fazem uso da sala de recursos, estão os com alguma limitação ou dificuldade na aprendizagem, esses grupos incluem discentes com: autismo; dislexia, deficiência física, paralisia cerebral, hiperatividade, déficit de atenção. Sobre os equipamentos e recursos tecnológicos disponíveis na sala multifuncional, Pinto (2003) afirma que as tecnologias assistivas desenhadas para crianças devem ser equipamentos funcionais e robustos, mas, sobretudo devem estimular e ajudar ao jogo, à interação com os colegas e à faceta lúdica do comportamento infantil. As Figuras 1 e 2 ilustram a dinâmica, ludicidade e funcionalidade de uma sala de recursos multifuncional.



Figura 1 – Espaço lúdico de uma sala de recurso multifuncional.
Fonte: Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro



Figura 2 - Tecnologia usada por aluno com deficiência visual na sala de recursos.
Fonte: Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro

Ao professor, cabe estar preparado para atuar dentro de uma sala de recurso, nas atividades complementares do currículo, proporcionando uma educação de qualidade e buscando estratégias pedagógicas que colaborem com o educando. A consequência disto será a construção de metodologias que favoreçam o aluno deficiente, no currículo e na interação com o grupo, de modo que inclua esse sujeito em todas as atividades e propostas dentro da escola. Sobre a prática do professor, Paulo Freire (2005, p. 41) esclarece que:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos, nas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora, ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante,

¹ Disponível em <http://www.cee.rj.gov.br/>

transformador, criador, realizador de sonhos capaz de ter raiva porque é capaz de amar. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros.

As tecnologias de baixo impacto com recursos simples e com baixo custo visam incluir no sistema educacional aquela criança que, até então, era excluída de modo a proporcionar sua autonomia. Contudo, algo imprescindível é a observação sobre a necessidade do aluno na aprendizagem, para que, dessa maneira, o ensino possa ter êxito. A Figura 3 ilustra um tipo de tecnologia assistiva com baixo custo que é capaz de incluir um aluno com deficiência motora em uma das atividades mais rotineiras da sala de aula – escrever e desenhar.



Figura 3 - Recurso tecnológico de baixo custo para auxílio a aluno com deficiência motora
Fonte: Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro

É preciso considerar que, ensinar dentro de um contexto social e a partir de uma necessidade específica, pode fazer o ensino funcionar com mais qualidade já que o educando que aprende com prazer e estímulo retém na memória o conhecimento do que foi ensinado. Deve-se atentar, todavia, que este trabalho precisa ser coletivo e colaborativo e necessita valorizar o conhecimento prévio do estudante no intuito de apoderar as pessoas deficientes por meio da criticidade, maximizando sua capacidade de reflexão.

O ensino de conteúdos escolares é algo recente para os cidadãos com deficiências. A escola inclusiva deve se preocupar primordialmente com o aprendizado dos conteúdos e com a convivência e o desenvolvimento desses sujeitos na sociedade. Salvi (2010) esclarece que a inclusão compreende um valor constitucional que, em si, deve solidificar a aceitação da diferença humana e respeitar a diversidade social e cultural. A autora ainda assume que a inclusão não deve, apenas, continuar proliferando boas intenções, pois, em muitos casos, vem travestida de atitudes de caridade, indignação e piedade.

Reconhecendo que este é um século em que se busca, a cada dia, mais informação e conhecimento, o educador precisa ser um profissional que tenha autonomia, que seja cronista e, principalmente, que saiba lidar com o educando nas suas diferenças. É importante que o professor tenha didática para criar, reinventar metodologias na sala de recursos, que cativa o aluno de modo que ele se interesse pelo conteúdo, e faça com que as tecnologias assistivas se tornem suas aliadas. O mestre tem de ser marcante na vida do aluno e, para isso, precisa ser estimulador e competente, estabelecendo uma relação de comunicação que encante o discente.

Atualmente, o que se torna essencial é encontrar novas estratégias pedagógicas para criar um diálogo que torne o aluno deficiente mais participativo, formando um cidadão autônomo e crítico. A sala de recursos torna-se, assim, um espaço propício a isso. Mas, para que isso ocorra, o mestre da sala de recursos deve atuar de modo colaborativo com o professor da classe regular para que, juntos, criem estratégias pedagógicas que favoreçam o aluno deficiente em sua interação com o grupo e nas atividades escolares. Deve-se considerar, também, a participação da família e da comunidade escolar nas decisões para que, de forma conjunta, a escola e a comunidade possam desconstruir as construções discriminatórias.

Dentre o que foi exposto neste estudo reflexivo, é preciso repensar a educação e os rumos que ela deve tomar, pois a educação é um direito de todos e deve acontecer de fato, como consta nos artigos descritos da Constituição Federal de 1988. O Artigo 205 defende que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 24).

Sendo a educação um direito de todos, o Artigo 206 roga que:

[...] O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; VII- garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988, p. 24).

Conforme estas prerrogativas, dentro da escola, todos devem ter o mesmo tratamento sendo deficitário ou não; os profissionais devem estar preparados para a inclusão dos alunos com deficiência de modo que estes não se sintam excluídos. Todos os indivíduos têm ideais e sonhos e é através dos estudos e do desenvolvimento na escola que muitos realizam seus desejos. Desse modo, a sala de recursos deve proporcionar um suporte para que os alunos tenham a oportunidade de se capacitarem por meio das tecnologias assistivas para terem o direito assegurado de um estudo de excelência e o desenvolvimento de suas habilidades.

Toda mudança e atualização requer uma adaptação, por vezes, longa. Giroto, Poker e Omote explicam que:

A introdução das TIC na Educação é um processo complexo em que a sua força motivacional e a sua aura de modernidade se confrontam com numerosos obstáculos oriundos da forma habitual de funcionamento da escola. Talvez sejam estas algumas das razões que têm atrasado e dificultado que as TIC se integrem harmoniosamente, naturalmente, na Educação/Educação Especial (2012, p. 34).

A sala de recursos tem de ser, portanto, o lugar onde o discente supere suas dificuldades e rompa seus limites. A sala carece ser um ambiente em que o aluno deficiente se sinta tão capaz quanto o aluno que não o é. A comunidade escolar necessita perceber este local como um espaço construtor de um processo de ensino e aprendizagem, cujo objetivo maior seja o desenvolvimento e a ampliação de conhecimento. Sobre essa percepção, reconhece-se a ideia de aliar as tecnologias à realidade dos alunos deficientes de modo a proporcionar estímulos.

Sabe-se que, a maioria das escolas, ainda tende a ser mais tradicional do que inovadora. Logo, muitas Instituições ainda resistem às mudanças, mesmo que se reconheça que a realidade quanto às atividades e metodologias necessite ser transformada e atualizada para atender a todos, exatamente como roga a Constituição.

METODOLOGIA

A pesquisa educacional é utilizada por professores e pesquisadores, para aprimorar o ensino com recursos didáticos. A elaboração desse trabalho é pautada em uma perquisição realizada dentro de quatro escolas públicas do estado do Rio de Janeiro. Através dos dados obtidos na inquirição é possível conhecer a atual situação das escolas públicas e estabelecer metas para solucionar as questões levantadas.

Aplicou-se o anexo 1 elaborado com perguntas discursivas e objetivas a dez professoras de Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), os profissionais possuem formação em nível superior, com a faixa etária entre 30-50 anos de idade e mais de dois anos de experiência em SRM. Todas fazem parte do quadro permanente de funcionários.

A perquirição em Atendimento Educacional Especializado A.E.E, busca em geral compreender como funciona uma SRM, se consegue atender todas as necessidades dos estudantes com deficiências e quais são os principais softwares utilizados por esses educandos. É importante que o docente responsável pela SRM conheça os diferentes tipos de limitações, para que assim, possa utilizar esse espaço de aprendizagem de forma lúdica e interativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a aplicação do anexo 1(um) foi possível descobrir informações importantes para a sociedade e também para os profissionais da educação especial. As SRM funcionam como polo para atender discentes com insuficiências que não possuem esses recursos na escola onde se encontram matriculados. As deficiências mais comuns entre os atendimentos são TGD (Transtorno Global do Desenvolvimento), como Asperger e Autismos, Deficiência intelectual, Síndrome de Down, Surdez, deficiência física e motora e ainda estudantes com múltiplas deficiências e educandos sem laudo médico.

Ao serem questionados se as SRM atendem as necessidades dos discentes o (gráfico 1) aponta que ambiente é favorável a aprendizagem.

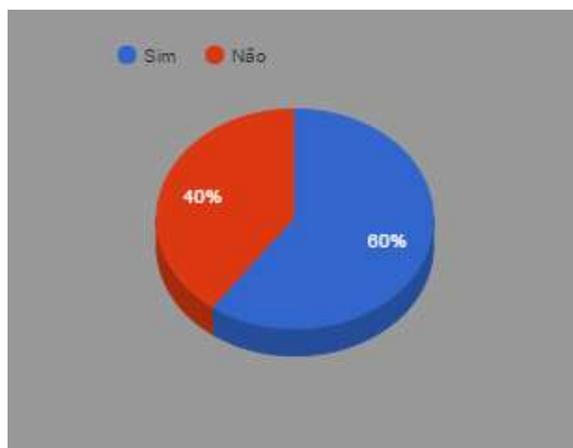


Gráfico 1: O ambiente da SRM atende as necessidades dos alunos assistidos

Os professores comentaram sobre a necessidade de equipamentos de alta tecnologia, incluindo a internet para melhoria da SRM. Atualmente existem diversos aplicativos para serem utilizados em prol da educação e como facilitador no processo ensino-aprendizagem. Sobre aplicativo ou software para deficiente auditivo apenas 50% dos entrevistados citaram jogos off-line (libras-português). E entre Hand Talk e o ProDeaf, a maioria 60% conhecem o hand talk.

Os aplicativos soroban e o dosvox também são utilizados por parte dos profissionais das SRM. Os entrevistados acreditam que as SRM são capazes de atender alunos com dificuldades de comunicação, porém 30% admitiu não se sentir preparado para atuar nessa área. O avanço tecnológico contribui para que o processo de inclusão funcione de maneira adequada e eficiente nas escolas. Hoje, os profissionais da educação contam com o uso de aparatos de alta tecnologia. Abaixo segue o (gráfico 2), sobre a disponibilidade desses recursos nas SRM.

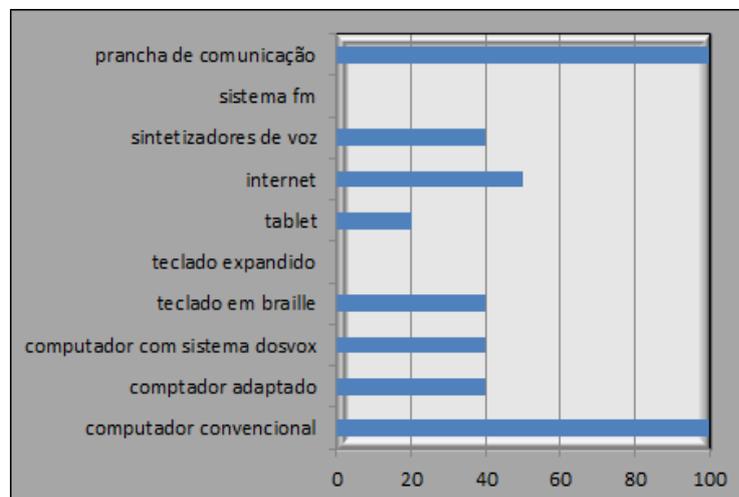


Gráfico 2: Recursos tecnológicos disponíveis nas SRM

No cotidiano os entrevistados afirmaram utilizar também os seguintes recursos: bengala, piso tátil, guia de assinatura, talheres, materiais adaptados e materiais confeccionados pelos próprios educadores. As SRM possuem investimentos próprios para aquisição de materiais e antes da aquisição de novos aparatos todos os profissionais envolvidos são consultados a respeito do destino da verba.

Atualmente a Secretária de Estado de Educação (SEEDUC) realiza o programa de formação continuada, destinada a professores da rede pública. O programa tem carga horária de 180 horas de aperfeiçoamento. Dos entrevistados, 80% dos professores realizam o curso e 60% frequentam periodicamente todas as atividades propostas.

O curso é de extrema importância para a educação, esses encontros incluem trocas de experiência entre os profissionais, apresentação de novos recursos tecnológicos e tecnologias assistivas de baixo custo. São abordados temas da Educação Especial e legislação e 30% afirmaram que os temas teóricos são mais priorizados do que as práticas.

Infelizmente os educadores encontram contrariedades para realizar um trabalho de qualidade na SRM, devido a ausência de recursos de alta tecnologia, a falta de tempo destinado ao planejamento com os docentes das classes regulares, por não possuir parceria entre a escola e família dos alunos assistidos e a necessidade de atualização dos conhecimentos através de cursos de capacitação em serviço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos a que nos propusemos com a realização desse trabalho foram quase todos atingidos, no entanto outros questionamentos e reflexões se formaram a partir da pesquisa.

Durante a realização do trabalho de investigação, onde pudemos adentrar os diferentes espaços destinados a desenvolver o importante trabalho da Sala de Recursos Multifuncionais, percebemos muitos entraves que dificultam o trabalho pedagógico desenvolvido nesse ambiente com recursos de alta tecnologia.

Embora os docentes responsáveis pelo espaço sejam formados em nível superior e participem frequentemente de formação continuada, há a marcante presença da insegurança desses profissionais diante da diversidade encontrada nos educandos, muitos com múltiplas deficiências e pouca assistência familiar e social. Além disso, a engrenagem que move as rotinas escolares também dificulta o avanço nesse sentido, pois o tempo para planejamento é pouco ou quase nenhum diante de tantas exigências burocráticas.

Observamos que mesmo diante de um grande avanço em relação à equipamentos, recursos e investimentos de modo geral, ainda há muito para conquistarmos em relação a tão necessária parceria entre tecnologia e educação.

Os docentes desconhecem muitos recursos já disponíveis para promoção do desenvolvimento humano, de alunos deficientes ou não. Mesmo tendo levado em consideração, em nossa pesquisa, os instrumentos que consideramos mais comuns e conhecidos no ambiente educacional, constatamos que muitos ainda são desconhecidos pelos profissionais que atuam na Sala de Recursos Multifuncionais, o que nos remete a pensar a questão da formação docente que requer constante movimento de pesquisa, estudo e dedicação, principalmente quando se trata do professor que atua diretamente com a Educação Especial visto à grande variedade de deficiências, distúrbios e transtornos que em muitos casos demoram a ser diagnosticados clinicamente pela peculiaridade nem sempre muito definida.

A Tecnologia Assistiva é uma estratégia eficaz para o aprendizado dos alunos com suas características e dificuldades apresentadas, no entanto é fundamental para o professor e unidade escolar, conhecer a deficiência, querer e estar preparado para a atuação no que se refere a inclusão e para isso há a necessidade de constante processo de atualização do docente, pois no que se refere à tecnologia é sabido que tem se modificado e aperfeiçoado velozmente.

Considerando que as expressões “tecnologias Assistivas”, “Ajudas Técnicas” e “Tecnologias de Apoio” são sinônimas na literatura da área, consideramos o termo “Tecnologias Assistivas” pelo fato do mesmo ser mais conhecido e utilizado entre os docentes da região pesquisada, ainda que a legislação utilize o termo “Ajudas Técnicas”.

Ao abordar a temática em estudo com os entrevistados, observamos insegurança para falar do assunto, e muitos associaram as tecnologias assistivas apenas aos recursos destinados às atividades da vida diária, com o objetivo de gerar autonomia no indivíduo que apresenta limitações em desempenhar determinadas atividades; o que evidencia falta de domínio do assunto, visto que

tecnologia assistiva é organizada em onze classificações que vai de auxílios para vida diária, recursos de adaptação ao computador, órteses e próteses, adequação postural, comunicação aumentativa e alternativa, auxílio à mobilidade, auxílio para a deficiência visual e auditiva, sistema de controle de ambientes, projetos arquitetônicos e adaptação veicular.

Notamos a forte presença dos recursos de tecnologia assistiva de baixo custo e muitos deles confeccionados pelos próprios docentes, de acordo com as necessidades dos alunos assistidos.

Entre os softwares especializados muitos não são utilizados por falta de conhecimento do docente, que em grande parte não possui internet no local de trabalho, seja para planejar, baixar softwares ou permitir que os alunos utilizem os recursos oferecidos apenas de forma on-line.

Cientes do enorme abismo entre as belas letras da teoria e da legislação e a dura realidade da maioria das escolas públicas do Brasil, consideramos que o avanço rumo a igualdade de condições de sucesso escolar é real, mas ainda muito distante do almejado. Há uma longa estrada a percorrer e nesse caminho faz-se necessário que toda a sociedade contribua. Que haja parceria entre todas as esferas sociais, pois o sucesso escolar muitas vezes está atrelado às necessidades que vão muito além de questões educacionais, perpassando a área da saúde e da assistência social.

A nós, educadores, cabe refletirmos sobre a realidade, repensarmos os erros e acertos para contribuir de maneira eficaz a partir dos recursos e possibilidades que possuímos e criarmos possibilidades para o novo, sugerindo e exigindo políticas públicas que venham ao encontro dos nossos anseios por uma educação para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/ConstituicaoTextoAtualizado_EC87.pdf. Acessado em 21/04/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acessado em 21/07/2015.

_____. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acessado em: 21/07/2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** - saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra (Coleção Leitura), 2005.

GIROTO, Claudia; POKER, Rosimar & OMOTE, Sadao. **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. São Paulo: Ed. Cultura Acadêmica, 2012.

PINTO, Pedro. **Tecnologias Assistivas no Brasil**. Oficina Educação Inclusiva no Brasil: Diagnóstico Actual e Futuro. Banco Mundial, 2003. Disponível em http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/pdf/Tecnologias_assistivas_Br_pt.pdf. Acesso em 21/07/2015.

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA. **Declaração de Grunwald sobre educação para os media**. 1982. Disponível em <http://www.literaciamediatca.pt/7diascomosmedia/download/YTozOntzOjU6ImFjY2FvIjtzOjg6ImRvd25sb2FkIjtzOjg6ImZpY2hlaXJvIjtzOjM4OiJtZWRpYS9maWNoZWlyb3Mvb2JqZWNo0b19vZmZsaW5lLzE5LnBkZiI7czo2OiJ0aXR1bG8iO3M6MjI6ImRIY2xhcmFjYW8tZGUtZ3J1bndhbGQiO30=/declaracao-de-grunwald>. Acesso em 21/07/2015.

SALVI, Inez. **A inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais no contexto educacional**. Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev01-02.pdf> Acessado em: 21/07/2015.

SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (Org.). **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOBRE AS AUTORAS:

Possui graduação em Licenciatura em química pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2014) e curso-técnico-profissionalizante pela Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (2006). Atualmente é Tutora presencial da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ e Professora de Química/ Lab. de Ciências do CENTRO EDUCACIONAL SANTA MÔNICA.

Graduada em Pedagogia (Licenciatura) pela Universidade Federal Fluminense-UFF (2013). Curso de Pós Graduação Lato Sensu em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação. Faculdade de Educação Tecnológica do Estado Rio de Janeiro-FAETERJ-RIO/ FAETEC (cursando).

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (2009). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Docência, Orientação, Supervisão e Administração Escolar. Formada em nível médio no curso de Formação de Professores pelo Colégio Estadual Alcindo Guanabara (1999). Atuou como professora nos anos iniciais da Educação Básica (2000 /2012) na rede municipal de ensino de Magé/RJ; como Especialista em Educação (2013) na rede municipal de ensino de Magé/RJ e como Diretora adjunta na rede municipal de ensino de Magé/RJ (2012). Atua como Supervisora Educacional da Rede FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica (SECT) - desde 2011 e como Professora das disciplinas do Magistério para o curso de Formação de Professores em nível médio pela SEEDUC desde 2012. Cursa Especialização em Tecnologia da Informação e da Comunicação Aplicadas à Educação pela Faculdade de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (2015).

